DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 5605/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/6109/2018
PROTOCOLO	: 1906748
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU/MS
RESPONSÁVEL	: PEDRO ARLEI CARAVINA
CARGO DO RESPONSÁVEL	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	: PROCESSO LICITATÓRIO ADMINISTRATIVO
EMPRESAS ADJUDICADAS	: ROBSON RAMOS PELEGRINI – ME E OUTRAS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 8/2018
OBJETO	: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NAS LINHAS 3, 6, 19 E 20
VALOR ESTIMADO	: R$ 252.227,64
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

TRANSPORTE ESCOLAR. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. ATOS REGULARES.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 8/2018 (1ª fase), realizado pelo Município de Bataguassu/MS, constando como ordenador de despesas o Sr. Pedro Arlei Caravina, prefeito municipal.

O objeto da licitação é a prestação de serviços de transporte escolar nas linhas 3, 6, 19 e 20, no valor global de R$ 252.227,64 (duzentos e cinquenta e dois mil, duzentos e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos).

O certame foi adjudicado às empresas Robson Ramos Pelegrini – ME; Gilberto Alves dos Santos – ME; Elizangela Conceição dos Santos e E.S. de Menezes - ME.

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) por meio da Análise ANA n. 17874/2018, manifestou-se pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório.

Ato Contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) por meio do Parecer PAR – 4ª PRC n. 12056/2018, opinou pela legalidade e regularidade dos atos praticados.

DA DECISÃO

Registre-se que fora juntada aos autos toda a documentação obrigatória acerca do procedimento licitatório: 1ª fase, com fulcro na

Resolução TCE/MS n. 54/2016, c/c o art. 120, I, “a”, do Regimento Interno desta Corte de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013.

Verifica-se que os procedimentos para a realização da licitação foram examinados pela unidade técnica da 4ª ICE e estão em conformidade com a Lei n. 10.520/2002 e com a Lei n. 8.666/93.

A documentação obrigatória foi protocolada tempestivamente nesta Corte de Contas, atendendo ao prazo estabelecido pela Resolução TCE/MS n. 54/2016.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer ministerial e, **DECIDO**:

1. pela **regularidade** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 8/2018 (1ª fase), realizado pelo Município de Bataguassu/MS, constando como ordenador de despesas o Sr. Pedro Arlei Caravina, prefeito municipal, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 120, I, “a”, c/c o art. 122, II, ambos do RITC/MS;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme dispõe o art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 26 de junho de 2018.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs